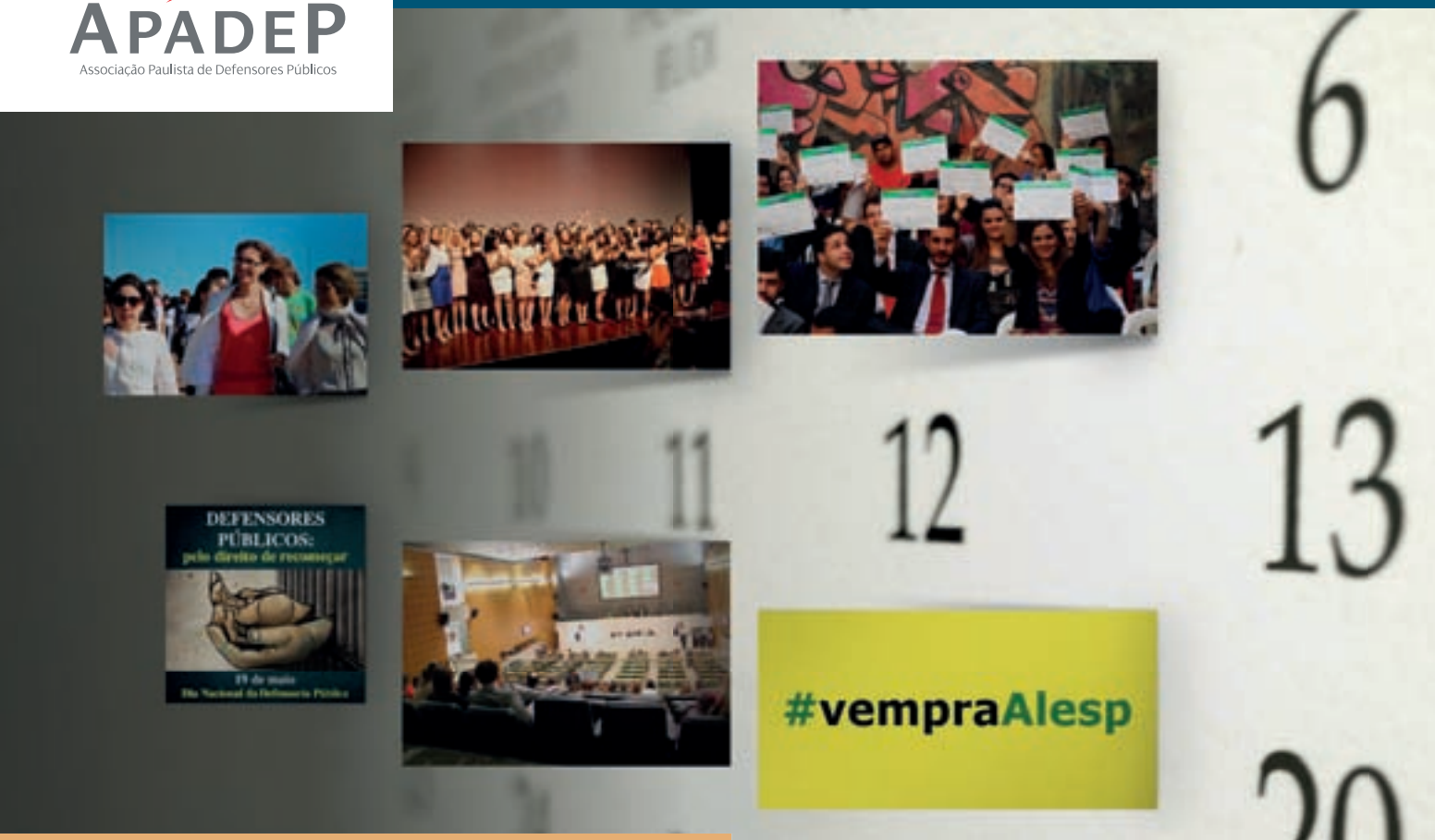
Defensoria em Revista

www.apadep.org.br I Ano VI – nº 30 – Janeiro/Fevereiro/Março de 2014

APADEP
Associação Paulista de Defensores Públicos



Retrospectiva

Ações da Apadep fortalecem a Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Timor Leste
Entrevistamos o defensor público André Girotto, que ajudou a construir a Defensoria Pública do país asiático

Artigo
Cotas raciais na Defensoria Pública paulista são discutidas no texto de Sílvio Luiz de Almeida

Nesta edição da "Defensoria em Revista", a Associação Paulista de Defensores Públicos (Apadep) homenageia o ano que passou com uma retrospectiva completa de suas ações em prol do fortalecimento da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP). Das conquistas empreendidas pela carreira, como a aprovação no final de 2013 do PLC 37/2013, que versou sobre o aumento na remuneração dos membros da DPESP, passando pela política de comunicação da Apadep, fizemos um relato minucioso em quatro páginas de toda a movimentação que a associação realizou em 2013/começo de 2014 pelo incremento constante de suas atividades associativas e da instituição Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Você pode ler essa matéria especial, ilustrada com fotos, nas páginas 4, 5, 6 e 7 .

Na nossa seção de "Entrevistas", fomos os primeiros a entrevistar o defensor público gaúcho André Girotto, que voltou do Timor Leste no final de 2013, onde viajou para ajudar a construir o serviço de assistência jurídica gratuita no país, um dos mais jovens do mundo e antiga colônia portuguesa. Girotto integrou o "Projeto de Apoio ao Fortalecimento do Setor de Justiça do Timor Leste" e nos conta nas páginas 8, 9 e 10 como foi a experiência, que ele classificou como uma das mais importantes de sua vida.

Na seção "Iniciativa", destacamos o pioneirismo da Apadep e do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos na criação do "I Curso Popular de Formação Jurídica Complementar", voltado para bacharéis de direito de baixa renda interessados em adentrar na carreira de defensor público. A entrevista com os defensores Fernanda Benjamin, Douglas Magami e Andrew Toshio, organizadores do projeto, pode ser lida na página 3.

E, por fim, esta edição da "Defensoria em Revista" levanta a discussão sobre a necessidade de criação de cotas nos concursos da Defensoria Pública através de artigo assinado por Sílvio Luiz de Almeida, doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e professor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Faculdade de Direito da Universidade São Judas Tadeu, além de presidente do Instituto Luiz Gama. Leia na página 11.

Boa leitura!

EXPEDIENTE

Esta revista é uma publicação da Associação Paulista de Defensores Públicos (Apadep) | Distribuída gratuitamente

APADEP
Associação Paulista de Defensores Públicos

Presidente
Rafael Português

Vice-Presidente
Bruno Napolitano

Diretoria Administrativa
Carolina Nunes Pannain e
Tatiana Semensatto de Lima Costa

Diretoria Financeira
Leonardo Scofano Damasceno Peixoto
e Daniele Cristina Barbato

Diretoria Jurídica
Félix Ricardo Nonato dos Santos
e Bruno Girade Parise

Diretoria de Assuntos Legislativos
Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa
e Pedro Pereira dos Santos Peres

Diretoria de Relações Institucionais e Comunicação
Fabrício Bueno Viana
e Tatiana Mendes Simões Soares

Diretoria de Articulação Social
Douglas Tadashi Magami
e Andrew Toshio Hayama

Diretoria de Previdência e Convênios
Felipe Capra da Cunha
e Clarissa Portas Baptista da Luz

Diretoria de Assuntos do Interior
Wagner Ribeiro de Oliveira
e Bruna Molina Hernandes da Costa

Diretoria Social e Cultural
Fernanda Correa da Costa Benjamin,
Douglas Ribeiro Basílio
e Danilo Mendes Silva de Oliveira

Coordenadora de Comunicação
Ana Paula L. C. Prado

Assessor de Comunicação
Pedro Lucas O. dos Santos

Diagramação
Antonio Carlos de Lara Campos

FALE CONOSCO

Mande dúvidas, sugestões, críticas ou comentários para
imprensa@apadep.org.br
Avenida Liberdade, nº 65 Cj.303 | CEP: 01503-000
São Paulo / SP | Tel/fax: (11) 3107-3347

Fernanda Benjamim, Andrew Toshio Hayama, Douglas Magami

A Associação Paulista de Defensores Públicos (Apadep) em conjunto com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos criou o I Curso Popular De Formação Jurídica Complementar, visando a democratizar o acesso à carreira de defensor público através do fornecimento de conteúdo técnico-jurídico para bacharéis e alunos do último ano de Direito interessados em ingressar na profissão e cuja renda familiar não ultrapasse seis salários mínimos.
Com vagas asseguradas para negros, índios e pessoas com deficiência, além de advogados indicados por movimentos populares e entidades que atuam na temática dos direitos humanos, as aulas tiveram início em 14 de fevereiro e vão até dezembro de 2014.
A seguir os defensores públicos Andrew Toshio Hayama, Fernanda Benjamim e Douglas Magami, organizadores do curso, dão mais detalhes sobre esta Iniciativa:

Como surgiu a ideia do I Curso Popular de Formação Jurídica Complementar?

Andrew Toshio: a iniciativa, que surgiu na diretoria de articulação social da Apadep e foi encampada pela associação, aflora do desejo de construção de instrumentos de democratização institucional e de combate ao conservadorismo castrador do sistema de Justiça.

Por inexistência de iniciativas institucionais deste tipo, o projeto torna-se ainda mais necessário, interessante e desafiador sob vários aspectos: do ponto de vista do ensino jurídico, a possibilidade de produção e compartilhamento de conhecimento crítico e não hegemônico e de reflexão sobre a atividade, teórica e prática, desempenhada pela Defensoria Pública; do ponto de vista político, a adoção de política de ação afirmativa e o fortalecimento do compromisso com os movimentos populares; do ponto de vista social, a qualificação de juristas e advogados(as) populares em temas, teses e conflitos enfrentados pela Defensoria Pública.

O que os alunos vão encontrar nesse curso?

Douglas Magami: A ideia é que os alunos não só possam absorver conhecimentos técnicos e práticos, mas também compartilhar experiências a partir da realidade de cada um, uma vez que há vários alunos militantes de movimentos sociais.

Por que é importante que as Instituições realizem cursos que aprimorem a população de baixa renda que objetiva passar em concursos públicos?

Andrew Toshio: Não se trata somente de conquista pessoal, estabilidade profissional e mudança material de condições de vida etc. Na verdade, além do arejamento institucional e da rica aprendizagem decorrente da convivência entre membros com origens sociais diversas, significa oportunizar alguma representação de classes historicamente subalternizadas e conceder algum poder de operar mudanças a segmentos socialmente desfavorecidos.

Quais os desafios enfrentados na estruturação do curso?

Fernanda Benjamim: Por ser uma experiência inovadora, inicialmente foi difícil fazer com que todos apostassem no projeto. Superada essa fase, outros grandes desafios foram encontrar o espaço ideal para as aulas e conciliar as agendas dos professores, que são todos voluntários, com as datas das aulas, que ocorrem quinzenalmente, às sextas e sábados. O problema do local foi rapidamente solucionado através da parceria com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, que se entusiasmou com a ideia e cedeu uma sala em sua sede para a realização das aulas. Quanto à questão dos professores, um número expressivo de defensores e de outros profissionais se interessou em participar do projeto e ministrar aulas, o que demonstra que as pessoas acreditam no sucesso da empreitada e querem fazer parte disso.

Por que fazer um curso em parceria com o centro Gaspar Garcia?

Douglas Magami: O Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, além de ser um grande parceiro da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, é um grande ator social cuja importância decorre do seu histórico na defesa dos direitos humanos, em especial na construção de políticas públicas para inclusão social de pessoas em situação de rua e de moradores de cortiços e favelas.

Foto acima: Douglas Magami e Fernanda Benjamim; abaixo, o defensor público Andrew Toshio.

Ações da Apadep

rumo a uma Defensoria Pública cada vez mais forte.

A sequência de acontecimentos ao longo de 2013 reforçou o papel da Apadep no apoio à construção de uma instituição cada vez mais democrática

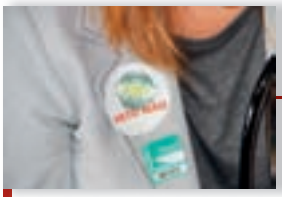
A carreira de defensor público em São Paulo reconhece que desde a criação da Associação Paulista de Defensores Públicos (Apadep), em 2006, a entidade empreende lutas em prol do fortalecimento da Defensoria Pública de São Paulo (DPESP) e de seu reconhecimento como uma instituição essencial ao sistema de Justiça do estado. O nobre objetivo da Defensoria em proporcionar ao cidadão carente "o direito a ter direitos" configura uma das missões mais importantes das instituições jurídicas paulistas.

A sequência de acontecimentos ao longo de 2013 reforçou o papel da Apadep no apoio à construção de uma instituição cada vez mais democrática e sintonizada com os anseios do cidadão a quem se destina a sua atuação. Destacam-se ações como mobilizações em prol dos pleitos da Defensoria junto ao Legislativo, eventos sociais e de cunho político, bem como produtos de comunicação que diferenciam a Apadep das demais entidades de classe do universo jurídico.

Já no mês de fevereiro de 2013, um grupo de 50 defensores paulistas, liderados pela associação, se juntou aos cerca de 500 defensores de todo o país que estiveram no Congresso Nacional pedindo aos parlamentares a derrubada do veto presidencial ao PLP 114. Ainda que o objetivo específico não tenha se concretizado, em função de novos acordos para análise de vetos e da própria dinâmica política do Congresso, os defensores lograram realizar uma extraordinária mobilização e assim mostrar a força e a importância da carreira, obtendo o apoio de diversos parlamentares e lideranças políticas para essa e outras pautas.

No mesmo mês, 120 defensores públicos tomaram posse oficialmente em cerimônia realizada no Auditório Simon Bolívar, do Memorial da América Latina, oriundos do primeiro grupo de cargos criados mediante a sanção do Projeto de Lei 27/2012, que provisionou o aumento do número de defensores paulistas para 900 até o final de 2015. A Apadep esteve presente na organização da festa que se seguiu à cerimônia de posse oficial, que contou com a presença de várias autoridades do poder público paulista.

Em maio, a associação deu sequência ao projeto de "Posse Popular", iniciado em 2012 em parceria com a Edepe e Ouvidoria, um projeto pioneiro em que defensores recém empossados recebem das mãos de cidadãos carentes um diploma que simboliza que a verdadeira "posse" no cargo de defensor público começa ali, na comunhão entre defensor e assistido em bus-



Mobilização pela derrubada do PLP 114/2011
fevereiro de 2013

Posse 120 novos defensores
fevereiro de 2013

Posse popular na Ocupação Marconi
maio de 2013

Diário Oficial

Pelo direito de recomeçar

Campanha Nacional da Defensoria Pública
maio de 2013

ca de um objetivo comum. Foram dois eventos realizados em lugares distintos. O primeiro deles aconteceu na Ocupação Marconi, que abriga cerca de 170 famílias – ou perto de 500 pessoas – lideradas pelo Movimento Moradia para Todos (MMPT). Já a segunda edição do ano, realizada em junho, deu-se na Ocupação Mauá, no bairro da Luz, centro de São Paulo, cenário da edição do ano anterior.

No mesmo mês, a Campanha Nacional da Defensoria Pública promoveu por todo o país eventos com a temática "O Direito de Recomeçar". Em São Paulo, a Apadep, com a participação da administração da DPESP e Escola da Defensoria Pública (Edepe), inovou no formato de sua proposta ao dar voz a dois egressos do sistema carcerário que relataram as dificuldades enfrentadas no processo de inserção social. O evento foi tema de uma matéria de capa do Diário Oficial do Estado e reuniu, além de defensores públicos, jornalistas, empresários que empregam egressos do sistema carcerário e representantes dos programas de inserção social da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) e da Pastoral Carcerária, que, na ocasião, lançou o projeto "Reinserção Social para Egressos da Vila Brasilândia".

"Expertise e indignação enquanto instrumentos de trabalho dos defensores públicos são insuficientes se desacompanhados da escuta e do olhar atento dos egressos. O pacto real pelo acesso a oportunidades de trabalho depende desta parceria, e, por isso, o seminário promovido na Defensoria Pública se mostrou tão especial ", declara Bruno Napolitano, vice-presidente da Apadep.

Também em maio, foi aprovado no plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) o Projeto de Lei Complementar 41/2012, que ampliou o número de servidores da Defensoria paulista em 160 cargos de nível superior, 352 de nível médio e 18 cargos comissionados a serem provisionados ao longo de quatro anos para atuar nos Centros de Atendimento Multidisciplinar (CAMs) da instituição, nos Núcleos Especializados, e também em funções técnicas e administrativas. A Apadep, através de seus representantes, articulou com parlamentares do Legislativo paulista, realizando visitas frequentes à sede da Alesp para obter a aprovação do PLC 41/2012 .

Com essa aprovação, uma outra empreitada com objetivo duplo foi imposta à associação. Em 27 de setembro, o governador Geraldo Alckmin enviou à Assembleia Legislativa dois Projetos de Lei Complementar que tratavam do incremento remuneratório dos servidores e defensores (PLCs 38/2013 e 37/2013, respectivamente). O projeto relativo aos defensores contemplou proposta articulada por comissão da Apadep aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de dezembro de 2012. E as proposições legislativas iniciaram uma série de visitas à Alesp por parte de membros da diretoria da associação e da administração da DPESP, objetivando conseguir o apoio dos parlamentares aos pleitos das entidades.

Durante todo o mês de outubro, o presidente da Apadep, Rafael Português, em conjunto com os diretores da associação e defensores agregados visitaram a sede da Alesp em busca de apoio. Em duas dessas visitas, a Apadep teve

> *"Experstise e indignação enquanto instrumentos de trabalho dos defensores públicos são insuficientes se desacompanhados da escuta e do olhar atento dos egressos. O pacto real pelo acesso a oportunidades de trabalho depende desta parceria"*
>
> Bruno Napolitano, vice-presidente da Apadep.

Aprovação do PLC 37/2013
novembro de 2013

Ato pela Independência do Judiciário
novembro de 2013

Forum Mundial de Direitos Humanos
dezembro de 2013

Twittaço organizado pela Apadep em prol da aprovação da PEC 247
fevereiro de 2014

oportunidade de se manifestar no Colégio de Líderes em conjunto com a representante da Associação de Servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (ASDPESP), Érica Meireles, e também com a defensora pública-geral, Daniela Sollberger. Em 23 de outubro, os servidores paulistas celebraram a aprovação em plenário do PLC 38/2013, que determinou o aumento na remuneração dos funcionários da DPESP. "A Apadep tem nos apoiado desde o encaminhamento da proposta ao Conselho Superior da Defensoria Pública. Na Assembleia Legislativa, estivemos lado a lado com a entidade em muitos momentos, seja nos corredores, seja em importantes reuniões, como no Colégio de Líderes, e no gabinete de lideranças partidárias. Buscamos compartilhar os contatos que cada entidade conseguia conquistar, além de debatermos estratégias. E a ASDPESP conta com o apoio da Apadep para que possa um dia celebrar o alcance de um patamar salarial equiparado ao de carreiras congêneres", revela Érica Meireles, presidente da Associação de Servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Após a aprovação do PLC dos servidores, a Apadep continuou com as negociações para aprovação do incremento remuneratório dos membros da DPESP. A associação liderou grupos de defensores munidos de informativos sobre a necessidade de aprovação premente do PLC 37/2013 e adesivos alusivos ao pleito, material distribuído aos parlamentares nos gabinetes e corredores da Alesp. Foram várias as reuniões com lideranças partidárias em busca do apoio para a votação do pleito dos defensores, que após um adiamento, acabou se concretizando no dia 27 de novembro de 2013. A vitória do PLC 37/2013 resultou numa intensa comemoração por parte dos membros da defensoria paulista, que entenderam a conquista como a correção de um erro histórico desde a criação da instituição, que alcançou o patamar remuneratório das demais entidades que compõem o sistema de Justiça.

"Da mesma forma que é de extrema importância social a atuação da Defensoria Pública no apoio jurídico à população, a atuação da Apadep na defesa de direitos dos defensores também é importante para a valoração de seus membros. No caso específico do PLC em questão, em que pese a sensibilidade do Legislativo paulista, a participação da entidade foi preponderante para a aprovação do projeto desde o início da sua tramitação na Assembleia", analisa o líder da bancada do PT na Alesp, deputado estadual Luiz Claudio Marcolino.

A mesma opinião sobre a participação da Apadep é corroborada pelo deputado estadual Carlos Bezerra Jr., líder da bancada do PSDB: "A Apadep virou presença constante nos corredores aqui da Assembleia, foi incansável no corpo-a-corpo com os deputados para defender a categoria. Os números e fatos trazidos a nós tanto nos corredores quanto no Colégio de Líderes foram essenciais para convencer os deputados, afinal os defensores paulistas têm uma atuação realmente impressionante".

PEC 247, ações judiciais e estratégias de comunicação

Em paralelo às articulações para aprovação dos projetos de Lei de interesse dos defensores paulistas, a Apadep participou ao longo de todo o ano das movimentações para aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 247, a PEC das Comarcas, que visa a universalizar os serviços das defensorias estaduais em todas as comarcas do país num prazo de oito anos. A proposta passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), foi analisada em comissão especial e discutida em audiências públicas em 2013, sendo aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados em fevereiro de 2014.

Com constantes idas a Brasília, a Apadep esteve representada por seu presidente, Rafael Português, em todos estes momentos e nas tratativas realizadas sob a liderança da Associação Nacional de Defensores Públicos, ANADEP. "O trabalho realizado pela Apadep foi fundamental nas complexas articulações que estamos realizando junto ao Congresso Nacional e Poder Executivo em prol da aprovação célere da PEC 247. Não só em virtude do número e importância dos parlamentares de São Paulo, mas principalmente pelo altíssimo nível de comprometimento de seu presidente, Rafael Português, e dos demais membros da diretoria, que jamais se furtaram às solicitações da ANADEP. A Apadep é, sem dúvida, parceira de primeira grandeza nas lutas pela Defensoria Pública", afirmou Patrícia Kettermann, presidente da ANADEP.

Outro ponto de destaque na atuação da associação em 2013 refere-se à participação de membros da diretoria da Apadep em eventos importantes, referendando sua posição no meio jurídico como paradigma na temática dos Direitos Humanos e comprometimento com uma Justiça mais democrática. Assim, em 26 de novembro, a associação organizou o "Ato pela Independência Judicial" e foi representada pelo Diretor Fabrício Bueno Viana. Realizado na Faculdade de Direito da USP, o ato contou com a participação de diversas organizações, tais como Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), Associação Juízes para a Democracia (AJD), entre outras. As intervenções no evento focaram em recentes casos de desrespeito à independência funcional de magistrados. "A participação da Apadep no ato pela independência judicial, juntamente com outros importantes

atores da área, deixou evidente a preocupação da associação em relação à luta por um Judiciário mais democrático, o que, sem dúvida, reflete no maior e melhor acesso à Justiça por parte daqueles que formam o público da Defensoria", declara o juiz Roberto Luiz Corcioli Filho.

E no Fórum Mundial de Direitos Humanos, realizado no mês de dezembro em Brasília, a Apadep foi organizadora de um painel que debateu "O papel do defensor público como instrumento de afirmação dos direitos humanos". Na ocasião, o diretor da entidade Leonardo Scofano proferiu palestra sobre o tema, abordando a atuação de defensores públicos do Estado de São Paulo e dos Núcleos Especializados em casos emblemáticos. Além disso, pontuou a necessidade de aproximação da Defensoria com a sociedade civil para a efetivação dos direitos humanos.

"A presença da Apadep no Fórum Mundial de Direitos Humanos reiterou nossa atuação destacada na promoção de direitos humanos. Com a realização de evento para a Campanha Nacional da Defensoria Pública em prol dos presos e egressos do sistema carcerário, divulgação de matérias especiais em nossos produtos de comunicação (entrevista com diretora da Human Rights Watch, ex-detentos de Guantánamo etc.), na organização do Curso de Formação Jurídica Complementar em conjunto com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos - que teve início em fevereiro de 2014 - e na parceria com a Clínica de Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), mostramos que nossa atuação não fica restrita somente às questões corporativas, ainda que essas sejam plenamente contempladas", explica Leonardo Scofano.

A Apadep também vem atuando incansavelmente em medidas judiciais e extrajudiciais relativas às questões institucionais, a exemplo da cessação dos descontos do IAMSPE, das ações individuais e coletivas referentes à desvinculação da OAB, da ação coletiva para corrigir o regime previdenciário dos defensores do V Concurso, da ação que visa à exclusão da incidência do subteto nos vencimentos dos defensores associados e de processos administrativos em que figurem associados. Já no começo de 2014, o escritório de advocacia conveniado da associação obteve decisões favoráveis em ações que reconhecem a percepção do quinquênio sobre a integralidade dos vencimentos. Atualmente, a associação ainda trabalha junto aos seus advogados em Mandado de Segurança Coletivo no intuito de impedir a incidência do Imposto de Renda no adicional de férias e 13º salário dos associados.

Também durante todo o ano de 2013, a Apadep aprimorou seus produtos de comunicação, com a implementação do projeto digital da associação, que teve seu site totalmente reformulado e hoje apresenta novas funcionalidades, tais como busca dos processos dos defensores integrada ao Diário Oficial, biblioteca de cartilhas, artigos, legislação, teses e dissertações em constante atualização, prestação de contas e informativos da associação para os defensores, entre outras. A integração das plataformas digitais com as mídias sociais permite uma maior capilaridade na comunicação das ações promovidas pela Apadep por meio da integração de seus diversos setores (jurídico, social, cultural, administrativo etc.), que trabalham de forma colaborativa, sintetizando o espírito do século XXI. Além disso, a equipe de comunicação da Apadep trabalhou nos últimos meses na divulgação da campanha nacional "Defensor Público: Transformando a causa de um no benefício de todos" e alcançou um notável resultado com a reprodução de um spot de áudio na Rádio USP FM e em todas as retransmissoras da Rádio Brasil Atual, bem como inédita divulgação de um vídeo em toda a rede paulista de mídia em elevadores Elemídia, que contempla prédios comerciais, academias, universidades e supermercados, através de uma parceria pró-bono.

"A comunicação é um dos pontos fortes da Apadep. Por meio de nossa revista, informativos, relatos do Conselho Superior da DPESP, site e contatos com a imprensa, procuramos divulgar assuntos de interesse dos defensores paulistas. Estamos em constante evolução para transformar a carreira de defensor público de São Paulo, levando ao reconhecimento de que a Defensoria Pública é também um dos pilares da Justiça brasileira, ainda que tenhamos que lutar para que o acesso à justiça seja um sonho concreto no nosso estado e no nosso país", analisa Rafael Português, presidente da Apadep.

"Estamos em constante evolução para transformar a carreira de defensor público de São Paulo, levando ao reconhecimento de que a Defensoria Pública é também um dos pilares da Justiça brasileira, ainda que tenhamos que lutar para que o acesso à justiça seja um sonho concreto no nosso estado e no nosso país",
Rafael Português, presidente da Apadep.

“Foi a maior experiência da minha vida”

André Girotto, defensor público gaúcho

O defensor público André Girotto, do Rio Grande do Sul, voltou em novembro de 2013 do que ele considera ser um dos mais importantes momentos de sua carreira. No final de 2012, Girotto migrou para o Timor Leste, um dos países mais jovens do mundo e antiga colônia portuguesa, como representante brasileiro do “Projeto de Apoio ao Fortalecimento do Setor de Justiça do Timor Leste”, que buscou aprimorar a atuação da instituição, além de impulsionar a formação de agentes na área, desenvolvendo o interesse pelo trabalho de defensor público.

Até 1975, o Timor era uma colônia portuguesa, ocupando parte de uma das ilhas da Indonésia. Após sua independência de Portugal, o país foi invadido por tropas indonésias e rebatizado como Timor Timur até 2002. No dia 20 de maio de 2002, conhecido como dia da “Restauração da Independência”, o Timor-Leste recebeu uma Constituição e um novo sistema jurídico. Após a independência da Indonésia, em 2002, o país optou por adotar o bem sucedido modelo brasileiro de assistência jurídica aos necessitados. O apoio do Brasil ao estabelecimento da Defensoria Pública no Timor Leste integra o acordo de cooperação firmado entre a Agência Brasileira de Cooperação (ACB) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A ideia de cooperação internacional considerou a escassez de recursos humanos e a carência normativa do país.

A seguir, André Girotto – que se tornou defensor público no Rio Grande do Sul em 2002 – nos conta como foi a experiência internacional e seus planos após um ano longe da Defensoria Pública brasileira.

Como tomou a decisão de se candidatar para atuar como defensor público no Timor Leste?

Tomei conhecimento da missão por meio da administração superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPERS), que após tratativa com a Defensoria Pública da União e Agência Brasileira de Cooperação (ABC), resolveu abrir edital para selecionar um defensor público. Após refletir sobre a questão, entendi que seria um excelente momento para compartilhar o conhecimento administrativo adquirido ao longo da carreira, além da situação ímpar de crescimento pessoal. O receio sempre esteve presente, mas sem medo do novo.

Qual era a sua expectativa antes da viagem?

A expectativa era enorme, pois não sabia exatamente o que iria encontrar, mas na fase de preparação, com o auxílio de defensores públicos que já haviam participado da missão e de agentes da ABC, a ansiedade foi diminuindo. Sabia que o trabalho seria árduo, mas também ciente de que havia toda uma estrutura me respaldando.

Como foi atuar como defensor público no Timor Leste? Quais as diferenças e semelhanças com sua experiência no Brasil?

United Nations Photo

A atuação como Defensor Público em Timor-Leste foi, sem sombra de dúvidas, a maior experiência da minha vida. A instituição, em termos administrativos, é muito semelhante aos conceitos que temos no Brasil, até porque a Defensoria Pública brasileira serviu de inspiração para o que hoje temos em Timor.

Qual foi a sua impressão do país (Timor)? O que viu de positivo e negativo?

Timor-Leste é um país que ainda está em fase de estruturação, mas a busca de melhoramentos está sempre presente, com investimentos no fornecimento de energia elétrica, por exemplo. Contudo, a beleza natural do país nos faz superar todas as dificuldades que possam advir.

Como descreveria o sistema de Justiça do Timor Leste? A defensoria que está sendo implementada lá tem similaridades com a brasileira?

O sistema de Justiça em Timor-Leste encontra sua inspiração, para não dizer uma cópia fidedigna, no sistema de Portugal, extremamente formal e burocratizado, o que impede celeridade na tramitação dos processos. Assim, como em Portugal não existe a Defensoria Pública, há uma necessidade permanente de demonstrar a importância da instituição, o que só se alcança com uma atuação efetiva institucional, e isso está sendo feito.

A Defensoria Pública do Timor-Leste, em sua origem, foi criada pelo Regulamento n° 24, de 05 de setembro de 2001, da UNTAET (United Nations Transitional Administration in East-Timor). Mesmo que a Constituição de 2002 da República Democrática de Timor-Leste não tenha fornecido status constitucional à Defensoria Pública, seu papel e sua importância estão perfeitamente delineados no seu artigo 135° ao destacar que a assistência jurídica prestada por "defensores" é de interesse social, possuindo como função principal "a salvaguarda dos direitos e legítimos interesses dos cidadãos".

Até o ano de 2005 a Defensoria Pública assumiu um importante e difícil papel junto ao sistema de Justiça ao atuar na defesa dos acusados de crimes contra a humanidade ou outros crimes graves ocorridos no ano de 1999 (ano da desocupação da Indonésia), julgados pelo Coletivo Especial para Crimes Graves.

Após, em 2008, com a edição do Decreto-Lei n° 38, de 29 de outubro, a Defensoria Pública passou a contar com estatuto próprio, regrando a carreira de forma ampla e assegurando prerrogativas, bem como apresentando deveres aos defensores públicos.

Hoje a Defensoria Pública de Timor-Leste conta com a atuação de 16 defensores públicos nacionais, 03 defensores públicos Internacionais e 04 defensores públicos estagiários, auxiliados por 31 oficiais de Justiça para atender todo o país, que supera a marca de 1 milhão de habitantes.

Diante desse panorama, é preciso agora criar raízes institucionais, especialmente para que a Defensoria Pública tenha melhor estrutura de trabalho, mais membros na instituição e com isso amplie com qualidade o seu trabalho em prol da comunidade, sobretudo daqueles que dela dependem para o exercício de seus direitos.

Não se pode, contudo, deixar de ressaltar que muitas conquistas e avanços para os defensores públicos e funcionários administrativos foram obtidas, com reflexos diretos para os assistidos da Defensoria Pública, que acompanharam e passaram a usufruir de melhorias físicas, estruturais e administrativas.

World Bank Photo Collection

População timorense

"O papel da Defensoria Pública em Timor-Leste é muito importante, pois diante da realidade social e econômica do país, temos que estar aptos a operar em causas envolvendo quase a totalidade da população"

Qual o papel e a importância que a Defensoria Pública ocupa no contexto timorense?

O papel da Defensoria Pública em Timor-Leste é muito importante, pois diante da realidade social e econômica do país, temos que estar aptos a operar em causas envolvendo quase a totalidade da população. O respeito pela instituição está em verdadeiro crescimento, pois a comunidade tem encontrado o lugar certo para o exercício da cidadania.

Como foi a recepção aos brasileiros? Como avalia a importância da cooperação com instituições brasileiras para os timorenses?

A melhor possível, mas a necessidade de conquistar a confiança dos agentes nacionais é algo certo. Vencida esta fase, as coisas começam a clarear, transparecendo a necessidade e a importância da cooperação, principalmente no auxílio administrativo, com vista ao desenvolvimento institucional.

Do ponto de vista pessoal, o que lhe trouxe esta experiência no Timor Leste? O que traz de novo para sua atuação como defensor público no Brasil?

Sem dúvida alguma, a necessidade de ouvir mais o outro, aliada ao desenvolvimento da tolerância, maior virtude do ser humano.

Como foi a interação com os demais agentes de outros países (Ministério Público, por exemplo) que também foram ajudar a construir o sistema de Justiça daquele país?

Hoje o sistema de Justiça está bem delineado no que se refere à atuação de agentes internacionais, ou seja, a Defensoria Pública é auxiliada por brasileiros, o Ministério Público por Procuradores da República de Cabo Verde e o Poder Judiciário por Juízes de Portugal. Fora os embates inerentes à atuação judicial, o convívio fora do ambiente forense foi tranquilo.

Quais as principais violações dos direitos humanos que o senhor presenciou no Timor Leste? Como foi o processo de combate a essas violações?

Sem sombra de dúvidas a questão de violência contra a mulher nos mais variados âmbitos, resultado de questões culturais próprias. Tal situação tem gerado uma preocupação latente nas instituições de Estado, o que tem sido combatido por meio da conscientização da população, além de regulamentação legislativa, muito semelhante a nossa Lei Maria da Penha.

Quantos defensores brasileiros já passaram pelo Timor Leste? Existe expectativa de outro brasileiro ir para aquele país?

Vários defensores públicos já passaram por Timor-Leste ao longo do período de validade do Termo de Cooperação firmado entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), República Democrática de Timor-Leste e República Federativa do Brasil, no âmbito do Projeto denominado "Apoio ao Fortalecimento do Setor da Justiça de Timor-Leste – BRA/04/044/S360". Durante a minha estada estavam em atuação três defensores públicos brasileiros. Ocorre que o termo de cooperação referido expirou e estão sendo olvidados esforços na renovação do acordo.

Quais seus planos para daqui pra frente?

Mesmo tendo exercido funções administrativas na Defensoria Pública, minha natureza é de agente de execução e pretendo continuar minhas atividades na quinta Defensoria Pública de Ijuí/RS, que possui atividade especializada na área de execução penal, mas sempre à disposição da minha Instituição para cumprimento das missões que me forem apresentadas. (Até o fechamento desta revista, o defensor André Girotto havia sido destacado para integrar a força-tarefa de atuação no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão. Foi direto desse estado que ele respondeu à entrevista da "Defensoria em Revista")

Pioneirismo brasileiro no Timor

Defensora pública em São Paulo desde a criação da instituição em 2006, Flávia D'urso foi a primeira brasileira a integrar a missão da ONU (Organização das Nações Unidas) para realização de um acordo de cooperação técnica que se firmava, então, entre o Brasil e o Timor- Leste, em 2004. Na ocasião, Flávia foi acompanhada para o país de mais um defensor público do Rio de Janeiro e ali encontraram 3 advogados também integrantes da missão: um de Cabo Verde e dois de São Paulo.
Ao chegar ao país, onde permaneceu por uma semana, Flávia encontrou um cenário de pós-guerra. "Doenças estavam sendo erradicadas e casas e edifícios ainda indicavam incêndios devastadores. O país vivia numa precariedade quase absoluta e eu identificava nas pessoas uma celebração pelo término de um domínio catastrófico e, ao mesmo tempo, uma profunda tristeza", diz.
Segundo a defensora, à época, o grande desafio dos timorenses era a necessidade de compor e respeitar uma prática de justiça informal, com líderes comunitários e de organização tribal resolvendo grande parte dos conflitos e a consolidação de um sistema legal de garantias. "Nossa missão era de prospecção para cooperação com o sistema de Justiça do Timor ", pontua.

Flávia D'Urso

A adoção de cotas raciais nos concursos da Defensoria Pública

***Silvio Luiz de Almeida** é presidente do Instituto Luiz Gama, doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Largo São Francisco)e professor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Faculdade de Direito da Universidade São Judas Tadeu*

Adoção de cotas para negros e indígenas nos concursos para o preenchimento de cargos nas defensorias públicas encontra sólido amparo no ordenamento jurídico brasileiro. As cotas ou reserva de vagas pertencem ao rol das chamadas "ações afirmativas" que prevêem na sua formulação a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos sociais historicamente discriminados com o objetivo de propiciar igualdade de condições e representatividade social, nos termos dos artigos 3º e 5º do Texto Constitucional.

Além da Constituição Federal, as cotas nos concursos públicos são sustentadas por diversas disposições infraconstitucionais, com destaque especial para o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010). O objetivo do Estatuto é "garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica" (art. 1º).

O art. 39 do Estatuto é específico ao determinar a implementação de ações afirmativas nas contratações do setor público, o que, por óbvio, abrange os concursos públicos. Quanto à autonomia federativa, frise-se que o Estatuto da Igualdade Racial é lei de abrangência nacional que amplia o acesso a direitos fundamentais e que institui diretrizes para o combate à discriminação racial, ação de competência comum dos entes federativos (artigo 23, incisos I e X, da Constituição Federal).

Assim, nada impede que instituições com autonomia administrativa e orçamentária – caso das defensorias estaduais - instituam cotas raciais, por meio de seus regulamentos próprios. O inciso IV, do art. 7º, da Lei Complementar Estadual nº 988/2006, em que é afirmada a autonomia da defensoria para "prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como aqueles decorrentes de remoção, promoção e demais formas de provimento derivado", descarta a necessidade de lei específica para a adoção de cotas ou quaisquer outras ações afirmativas.

"A adoção de ações afirmativas teria um impacto extremamente positivo em uma instituição como a Defensoria Pública paulista, cujos fins institucionais estão diretamente vinculados à luta contra todas as formas de exclusão"

Além disso, a Lei 988/2006, que disciplina o regime jurídico da Defensoria Pública de São Paulo, alinha os objetivos da instituição com os objetivos da República traçados pela Constituição Federal. Portanto, a Defensoria Pública de São Paulo possui autonomia não apenas para cuidar de interesses de seus integrantes, mas, sobretudo para que possa organizar-se da melhor forma possível a fim de atingir seus objetivos institucionais, conforme previstos na legislação.

A adoção de ações afirmativas teria um impacto extremamente positivo em uma instituição como a Defensoria Pública paulista, cujos fins institucionais estão diretamente vinculados à luta contra todas as formas de exclusão (artigo 5º da Lei 988/2006). A presença de defensores negros e indígenas traria para o interior da Defensoria – hoje uma instituição majoritariamente branca - a visão de mundo daqueles que são os principais usuários do serviço, em um contexto social em que a população negra de São Paulo tem seus direitos sistematicamente violados por ações violentas de agentes estatais.

Com a adoção de uma política de cotas raciais, a jovem Defensoria Pública de São Paulo dará um grande passo para que o serviço público deixe de lado a visão antidemocrática de que os problemas com os quais lida são problemas do outro, e passe a tratar as questões como problemas da sociedade em geral e pelo qual todos – inclusive os defensores – têm que se responsabilizar. A Defensoria se legitimaria frente à sociedade a que deve servir, pois dentro dela, parte dessa sociedade - a parte que mais sofre - estaria representada.

Aprovação do Projeto remuneratório de defensores é celebrada na Alesp

Foi com grande entusiasmo que os defensores públicos paulistas comemoraram a aprovação no plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo do Projeto de Lei Complementar 37/2013, que alterou os vencimentos da carreira. A aprovação se deu no dia 27/11/2013 e a sanção pelo Palácio dos Bandeirantes aconteceu no dia 29 do mesmo mês, com a consequente publicação no Diário Oficial do Estado no dia seguinte (30/11).

Desde o envio do PLC 37 à Assembleia Legislativa pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, no final de setembro, a Associação Paulista de Defensores Públicos (Apadep) empreendeu várias articulações na sede do Legislativo paulista, que culminaram na aprovação da propositura legislativa dois meses depois. E a associação esteve presente também nas articulações para sanção do projeto, com reuniões realizadas entre o presidente da Apadep, Rafael Português, e o Secretário Chefe da Casa Civil do Governo Estadual, Edson Aparecido.

"A participação de toda a carreira foi decisiva para que o PLC 37/2013 fosse aprovado ainda no final do ano. Sem a intensa mobilização e determinação de todos essa vitória poderia ter sido adiada para 2014", declara Rafael Português, presidente da Associação Paulista de Defensores Publicos (Apadep).

Defensores reunidos na frente da Assembleia Legislativa de São Paulo

A nova home do site da Apadep

Apadep estreia novo site

No dia do aniversário de oito anos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, em 9 de janeiro de 2014, a Apadep estreou seu novo site.
Com visual mais moderno, o novo endereço eletrônico funciona em desktops, smartphones e tablets e apresenta novas funcionalidades, tais como: busca dos processos dos defensores integrada ao Diário Oficial; ferramentas de interatividade social em seus conteúdos; biblioteca de vídeos; biblioteca de cartilhas, artigos, legislação, teses e dissertações em constante atualização; prestação de contas e informativos da associação para os defensores; todas as edições da "Defensoria em Revista" disponíveis online e para download.
Acesse **www.apadep.org.br** e conheça as novas possibilidades de uso do site da Associação Paulista de Defensores Públicos.

Escritório de advocacia da Apadep consegue mais uma sentença favorável em ação dos quinquênios

A Apadep, por meio de seu escritório de advocacia, Marinho & Valim Advogados, obteve mais uma sentença favorável em ação que pleiteava o cômputo das gratificações para cálculo do quinquênio. Esta foi a segunda decisão favorável do ano de 2013 que reconhece a percepção do quinquênio sobre a integralidade dos vencimentos, sendo proferida por juiz da Comarca de Araras. A primeira delas aconteceu na Comarca de São José dos Campos.
E em relação ao MS coletivo que intenciona impedir a incidência do Imposto de Renda no adicional de férias e 13º salário dos associados, a Apadep está acompanhando o processo e trará mais informações em breve, bem como em relação a outras ações movidas pelo seu escritório de advocacia conveniado.